

Iniciativas de contabilidade ambiental brasileiras

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹

Talvez por cautela em um país continental de patrimônio ambiental como o Brasil, harmonizar contas nacionais e de mudança do clima não é algo imediatamente viável. Mas uma recente lei federal programática (Lei nº 13.493/2017) prescreveu uma responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar, se possível anualmente, o Produto Interno Verde (PIV), para informar qual o patrimônio ecológico nacional.

O maior desafio será identificar qual a metodologia de cálculo a subsidiar o sistema de contas nacionais a ser adotado.

Wadih Scandar disse que é possível ao Brasil encontrar uma metodologia que seja nacionalmente concebida conforme o Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SEEA) e capaz de absorver os esforços do Brasil em tabular água e uso da terra, com perspectivas positivas de contabilizar energia e florestas. O modelo para medição física *Soil and Water Assessment Tools* (SWAT) poderá ser usado com *inputs* do IBGE. Para conexões com mudança do clima, o Relatório de 2007 do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)² foi mencionado como a fonte de estatística de emissões e suas consequências. Com a expectativa de projetos na matéria, ele estimou dois ou três anos de estudo de metodologias que sejam capazes de assimilar os dados estatísticos oficiais.

Sérgio Ayrimoraes, da Agência Nacional de Águas (ANA), falou sobre a aplicação do sistema de contas de águas, para o desenvolvimento da Política Nacional de Recursos Hídricos e apresentou o estágio da contabilidade de água no Brasil. ANA, IBGE e a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), usando o SEEA-Water, calcularam as contas econômicas de água do Brasil. Balanços e fluxos de água de diferentes regiões do país vêm sendo regularmente levantados, compreendendo recursos hídricos de origem no território brasileiro, *v.g.* a região amazônica como receptora de água que se torna fornecedora. Muitas associações foram trabalhadas no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos:³ uso por setor (animal, industrial, rural, urbano, irrigação, mineração, térmico); consumo de água por atividade econômica contabilizada por setor *vs* contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB); e outras conexões na contabilidade econômica e de recursos hídricos.

Geraldo Góes informou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos tem sido revisado visando à definição de prioridades de 2016-2020. Informou que representantes da sociedade civil e autoridades governamentais dos âmbitos local e federal discutiram ações e metas em um processo de consulta pública. O conhecimento acerca das demandas presentes e futuras por água foi ressaltado como uma das prioridades, em relação à disponibilidade do recurso, qualitativa e quantitativamente.



A plateia interpôs questões sobre agregação e desagregação de informação, para responder a necessidades de contas relevantes ao desempenho do setor agroindustrial; à região costeira do Brasil; ao futuro. Debatedores arguíram sobre a importância de intensificar recursos humanos nas instituições, para explorar as oportunidades de contabilidade em matéria de água, com vistas ao sucesso dos binômios: economia/meio ambiente e consumo/produtividade.

Notas:

1. Este seminário foi uma iniciativa conjunta do Ipea, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC) no Brasil, em atendimento à proposição do Ministério do Meio Ambiente (MMA), viabilizado financeiramente pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e tecnicamente pela Rede Clima. Relatora técnica: Flávia Witkowski Frangetto. Para informações adicionais, ver: <http://www.ipcig.org/pub/port/JP16PT_Relatorio_Seminario_Internacional_Relacionando_Mudanca_do_Clima.pdf>.
2. IPCC Report on Impacts, Adaptation and Vulnerability está disponível em: <https://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/wg2/en/ch19s19-1-2.html>.
3. O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos está disponível em: <<http://www.snirh.gov.br/>>.